

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte GM (Análisis & Persp.)

Data 9/8/2001 Pg 113

Class. FO

Da natureza das economias à Agenda 21

Ricardo Abramovay *

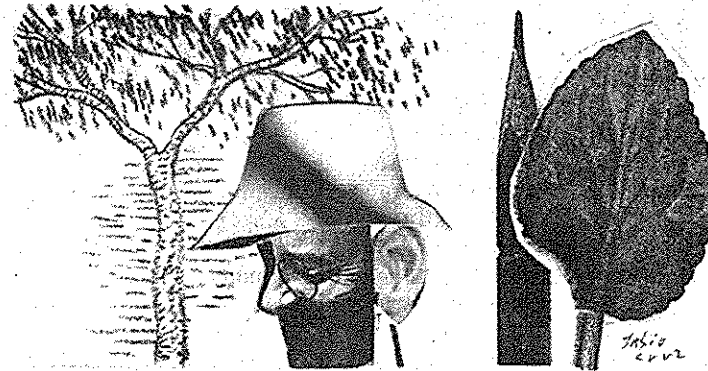
“**M**eu projeto pessoal de biomimetismo é aprender economia com a natureza”, afirma Hiram Murray IV, protagonista central do último livro de Jane Jacobs, já conhecido do público brasileiro por sua reflexão tão original em “Vida e morte das grandes cidades”. Nesse diálogo entre quatro personagens da Costa Oeste dos EUA, Jacobs enfrenta um dos mais importantes dilemas metodológicos da história da economia: o que opõe uma visão engenheira, mecânica, a uma outra concepção evolutiva, biológica da vida social. As teorias do equilíbrio geral — em que os atores sociais são autômatos respondendo a sinais do mercado — encarnam a primeira, enquanto os trabalhos de Alfred Marshall e os de todos os que valorizaram a história e as instituições sempre tiveram inspiração mais próxima das ciências da vida.

Não deixa de ser curioso que esse verdadeiro apologista das cidades se volte agora para o estudo da “Natureza das economias”, título da obra recém-traduzida pela Editora Beca. O que de mais dinâmico possuem as cidades é a teia de relações sociais que permite aos indivíduos estreitar seus contatos uns com os outros: nada mais distante de um meio urbano vital

que os grandes conjuntos habitacionais desprovidos de praças públicas, de jardins e de pequeno comércio.

O cerne do processo do desenvolvimento não se reduz à especialização produtiva das nações e das regiões, mas depende da diversificação econômica que as cidades estimulam. É exatamente nesse sentido que Hiram Murray IV não hesita em afirmar que o desenvolvimento econômico é uma versão do desenvolvimento natural. Quando a luz do sol incide sobre um deserto sem vida, o aquecimento das rochas e da areia é temporário: caindo a noite, esse calor irradia-se imediatamente para o exterior, dissipa-se. Já num ecossistema florestal desenvolvido, ao contrário, o fluxo de energia atravessa um sistema complexo, uma rede de organismos abundantes e interdependentes. Essa abundância vem do uso múltiplo que a floresta faz da energia recebida, cuja base é exatamente sua diversidade. É por isso que nenhum sistema terrestre pode competir com a floresta tropical na extrema variedade de espécies.

É uma feliz coincidência que o livro de Jane Jacobs seja publicado no



momento em que o Brasil chega à última etapa da elaboração de sua Agenda 21, que, em princípio, deveria nortear seu processo de desenvolvimento dos próximos anos. Está atualmente em curso a discussão dos documentos das diferentes regiões. No final de julho, Washington Novaes e Otto Ribas divulgaram as “Visões do Centro-Oeste sobre a Agenda 21 brasileira”, sintetizando os debates regionais que envolveram 3.880 instituições e entidades governamentais, civis e do setor produtivo em 25 reuniões estaduais.

O documento mostra a existência de um claro dilema estratégico: qual a função e o destino básico que a sociedade brasileira reserva a suas áreas de cerrados? Por um lado, existem os que apostam todas as fichas nas virtudes da especialização: é no

crescimento da superfície destinada aos grãos que se encontra a verdadeira vocação dos cerrados. A grande vantagem é a produção a um custo reduzido de produtos para o mercado internacional, que podem contribuir de maneira decisiva para o próprio equilíbrio macroeconômico nacional.

A outra vertente preconiza a exploração sustentável da biodiversidade como base do processo de desenvolvimento. A premissa fundamental é que sejam valorizados os conhecimentos a respeito da flora e da fauna e que surjam iniciativas econômicas variadas em torno da exploração de produtos até hoje pouco valorizados.

Quando há especialização num só produto, as importações de energia (de trabalho, de equipamentos, de dinheiro e de conhecimento) transformam-se quase imediatamente em exportações, em produtos, mas deixando como resultado um sistema social relativamente pobre. É flagrante o paralelo com as localidades americanas e canadenses, citadas por Jacobs, voltadas a “colheitas relâmpagos”, que recebem investimentos em máquinas e insumos, que deixam algumas pita-

das de outras atividades econômicas como evidências de sua passagem, mas que não atraem a presença humana. Já o uso sustentável da biodiversidade supõe necessariamente redes sociais densas e um processo intenso de capilarização do conhecimento.

Especialização ou diversificação econômica: no que se refere às regiões brasileiras de cerrados, é possível reduzir a distância entre essas visões estrategicamente alternativas da ocupação do território. O Centro de Pesquisa sobre Agricultura do Cerrado da Embrapa preconiza técnicas produtivas cuja aplicação poderia, ao mesmo tempo, permitir o aumento da produção de grãos e a interrupção imediata da ocupação de novas áreas com lavouras

especializadas, deixando assim espaço para que novas vocações possam revelar-se nos Cerrados. Trata-se de recuperar superfícies de pastagem degradadas. Utilizando as técnicas de plantio direto (difundidas no Centro-Oeste) é possível incorporar a produção de grãos consorciada com pastagens atingindo patamares de produtividade próximos de 2 t/ha. Pode-se atingir uma produção de 70 milhões de toneladas de grãos sem continuar

o processo de destruição dos ambientes naturais ainda preservados, conforme mostram os trabalhos de Eduardo Assad, da CPAC/Embrapa.

Os Cerrados são o segundo maior bioma brasileiro (após a Amazônia), concentrando um terço da biodiversidade nacional e 5% da flora e da fauna mundiais. Até aqui, os recursos naturais apareceram aos olhos das políticas públicas e de grande parte dos agentes privados responsáveis por iniciativas empresariais nessas áreas como limites a serem superados pela adaptação do meio natural às exigên-

cias da produção agropecuária. O desafio agora está na mobilização de um conjunto variado de atores sociais capazes de fazer da riqueza ambiental dos

O cerne do processo de desenvolvimento depende da diversificação econômica que as cidades estimulam

Cerrados um elemento decisivo de geração de renda. Mas, para isso, é necessário romper com o mito de que a especialização — e não a diversidade — oferece a base fundamental do processo de desenvolvimento. Nesse sentido, Jane Jacobs oferece uma contribuição fundamental. ■

* Professor-titular do Departamento de Economia da FEA e do Programa de Ciência Ambiental (Procam) da Universidade de São Paulo.